

ANAIS DO
VI SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES
UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA

Organizado pelo Prof. *Eurípedes Simões de Paula*.

TRABALHO LIVRE E TRABALHO ESCRAVO.

VOLUME I

XLIII

Coleção da *Revista de História* sob a direção
do Prof. Eurípedes Simões de Paula.



SÃO PAULO — BRASIL
1973.

O BRASIL OITOCENTISTA E A ABOLIÇÃO. (Estrutura, população e abolição) (*).

CÉLIA FREIRE D'AQUINO FONSECA
do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Uni-
versidade Federal do Rio de Janeiro (GB).

Face à permanência pro'ongada do trabalho servil no Brasil, último baluarte da escravidão nas Américas, é justo indagar-se os motivos principais desta persistência (1), bem como as razões que, após 1870 aceleraram o processo de emancipação até a abolição total, em 1888. É significativo, aliás, o que escreveu Joaquim Nabuco sobre a última fase da luta pela abolição, quando fala no

“imenso bloco que atacamos em 1879, acreditando gastar a nossa vida sem chegar a entalhá-lo” (2).

Vê-se, portanto, que apesar de se tratar dos anos posteriores à Lei do Ventre Livre, votada em 1871 após verdadeira batalha parlamentar que sacudiu e arregimentou os grupos opostos (3), não

(*) . — Comunicação apresentada na 2ª sessão de estudos, Equipe C, no dia 6 de setembro de 1971 (*Nota da Redação*).

(1) . — Em 1880, com a abolição da escravidão em Cuba, ficava o Brasil como único país nas Américas a manter o trabalho servil, o que retirava qualquer apóio moral ao instituto, no país ou no exterior. Sobre a questão veja-se Joaquim Nabuco, *Um estadista do Império*, Tomo II, Companhia Editora Nacional, 1936, pp. 30-31, 35-40, 114-116, 373; *O Abolicionismo*, Instituto Progresso Editorial, São Paulo, 1949, pp. 190, 197-198, 205-206; Emília Viotti da Costa, *Da Senzala à Colônia*, Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1966, pp. 203, 331-334, 382, etc.; Fernando Henrique Cardoso, *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*, Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1962, pp. 208-218, 257-267.

(2) . — ARAUJO (Joaquim Nabuco), *Minha Formação*, W. M. Jackson Inc. Editôres, São Paulo, 1949, capítulo XXI, p. 243.

(3) . — Além dos testemunhos e periódicos daquela fase, veja-se os Anais da Câmara dos Deputados, Tomo III, na parte referente ao Elemento Servil, em 1871, pp. 40, 83-94-106, 113-124, 126-140, 143-152, 166-175, 188-203, 221-229, 231-245, 249-263, 275-293, 300-324; Tomo II, pp. 51-57, 93-98, 220-235; o Tomo IV é também de grande interesse.

só na Câmara como na imprensa e no país, o problema de uma emancipação menos lenta e, muito mais o da abolição definitiva da escravidão, era problema tão difícil que Nabuco dizia acreditar gastar toda a vida sem chegar a vê-lo elucidado. E, no mesmo escrito, o autor assinala que, apesar de tudo e sem tal esperança ao reiniciarem a campanha de emancipação, em 10 anos a questão fôra liquidada.

Parece-nos de interesse, pois, indagarmos as razões da excessiva lentidão do Brasil na extinção da escravidão, bem como os motivos que, esperando-se dificuldades e lutas demoradas, possibilitaram em alguns anos o desenlace final, a partir da data assinalada por Nabuco. Aliás, as “cinco ações ou concursos” que dá o eminente abolicionista para o resultado final em 1888 (4), parece-nos mais pontos de apóio e aceleradores da desagregação de um sistema arcaico e condenado, do que propriamente as razões principais, embora algumas dessas ações tenham tido importância considerável no rápido desenvolvimento do processo de liquidação final do trabalho servil. Acreditamos, por outro lado, que a permanência excessiva da escravidão no Brasil, bem como a sua rápida desintegração sob a pressão da última campanha (1879-1888), estão ligadas sobretudo às estruturas existentes no país (antes e durante esta última fase), afetadas pelas repercussões das grandes mudanças mundiais desde a revolução industrial no período final do século XVIII, na Europa. Não só de forma direta, nas repercussões das atitudes inglesas em relação ao tráfico negreiro como, por outro lado, nas mudanças em relação ao tráfico negreiro como, por outro lado, nas mudanças conseqüentes no plano interno (nacional), inclusive nas transformações populacionais, técnicas e de atitudes mentais, tais como a influência da imigração que se procurou intensificar, o incentivo à nova aparelhagem técnica (5), e uma nova atitude mental face ao problema da escravidão. Mudanças que se aceleravam à medida que as transformações imprimiam maior dinamismo ao movimento geral, ao mesmo tempo que a propaganda abolicionista se intensificava e também influia de maneira crescente no processo.

É necessário, pois, além da atenção às repercussões das grandes transformações mundiais, que têm sido mais estudadas, inclu-

(4). — Joaquim Nabuco, *Minha Formação*, *ob. cit.*, p. 244.

(5). — A esse respeito veja-se Octavio Ianni, *As metamorfoses do Escravo*, Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1962, pp. 109-110, 114, 130, 186; Emília Viotti da Costa, *ob. cit.*, pp. 99-100.

sive sob aspectos interpretativos modernos (6), considerar, ainda, as estruturas básicas da sociedade brasileira do período imperial e o peso de sua influência na questão da escravidão no século XIX, em nosso país (7). Parece-nos que, justamente, nas estruturas gerais da sociedade brasileira do século XIX, recém-saída do sistema colonial anterior e, sob muitos aspectos ainda caracteristicamente colonial, sobretudo no plano da organização social (8) e da produção interna, estão as influências maiores do retardamento da abolição em nosso país. Do mesmo modo como, diante da aproximação inevitável do seu término e sob a pressão da necessidade de solução imediata e definitiva do problema da mão-de-obra para a agricultura, as razões também, não só da aceleração do processo de desagregação como, sobretudo, da maneira como foi feito. Sem medidas complementares, sem amparo aos ex-escravos no sentido de instrumentos mínimos de trabalho e de subsistência, bem como desatenção para a integração à produção da massa não só dos libertos, como da população livre sem bens nem trabalho, já bastante numerosa e sem o devido aproveitamento apesar do problema da mão de obra no Império (9). A relação entre a estrutura do país e a questão escrava em momentos diferentes do século XIX é, aliás, objeto de uma pesquisa mais ampla sob nossa orientação (10), e são suas diretrizes gerais e primeiras investigações que relatamos aqui.

Na questão do apêgo à escravidão, no Brasil do século XIX, não podemos deixar de considerar as características de uma produção e de uma sociedade de base predominantemente rural, de ti-

(6). — Entre outros, assinalamos: Eric Williams, *Capitalism & Slavery*, The University North Carolina Press, Virginia, 2th ed., 1945; Paula Beiguelman, "A destruição do escravismo capitalista", in *Revista de História* nº 69, São Paulo, 1967; recentemente Leslie Bethel, *The Abolition of the Brazilian Slave Trade*, Cambridge University Press, 1970.

(7). — Devemos registrar o aparecimento, nos últimos anos, de alguns livros que se preocuparam e deram ênfase a estes problemas; entre eles Emília Viotti da Costa, *ob. cit.*; Fernando Henrique Cardoso, *ob. cit.*; Octavio Ianni, *ob. cit.*; João Camillo de Oliveira Tôrres, *Estratificação Social no Brasil*, Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1965; Celso Furtado, *Formação Econômica da América Latina*, 2a. ed., Lia Editor, S. A., Rio de Janeiro, GB., 1970.

(8). — A este respeito veja-se Octavio Ianni, *ob. cit.*, p. 10, sobre os componentes e as características que podem definir uma ordem social como escravista.

(9). — Veja-se Joaquim Nabuco, *O Abolicionismo*, *ob. cit.*, pp. 199-200, 231-232; Viotti da Costa, *ob. cit.*, pp. 207-218.

(10). — Pesquisa da cadeira de História do Brasil, do Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Aproveitamos a ocasião para agradecer a nossa assistente, Ana Maria Delgado de Carvalho Riemer, a colaboração que, de maneira eficiente, tem dado à Cadeira.

po pré-industrial, empregando largamente numerosa mão-de-obra sem qualificação especial, com dificuldades econômicas ligadas à escassez de capitais e a uma monetarização insuficiente, para que pudesse olhar sem apreensão a substituição do trabalho escravo por número crescente de assalariados. Ao mesmo tempo a medida era inadiável, desde o estancamento do tráfico negreiro em 1850, diante da expansão da cultura cafeeira, necessária e estimulada pelos preços e pelo aumento periódico da demanda (11). Sem falar das outras áreas que, mesmo endividadas e em situação periodicamente cheia de dificuldades, necessitavam também de braços para a lavoura. Desde a oposição inglesa ao tráfico, a princípio diplomática, depois insistente e através de pressões indiretas e, finalmente, ativa, o problema fôra se tornando urgente. A data de 1850 assinala o estancamento da fonte africana, quando não era mais possível o adiamento de solução ao problema de substituição do braço escravo; portanto, de uma reorganização geral do trabalho e do sistema de produção da nação. A escravidão estava, pois, condenada, e sua conservação seria apenas o adiamento da questão. Apesar disso, para os que não se dispunham a enfrentar mudanças essenciais ou não tinham capacidade para realizá-las, a substituição da mão-de-obra existente em regime de trabalho escravo, significava não só a preservação dos padrões sócio-econômicos como dos psico-mentais consagrados. Em outros termos, a conservação também de hábitos e formas tradicionais de viver, de uma sociedade há séculos impregnada de padrões e concepções escravocratas dominantes. Assim, não era de admirar o alarme que causavam as idéias emancipacionistas nem a insistência, quando não era mais possível evitar medidas necessárias à manutenção da produção ou a sua expansão, na necessidade de

“modificar sem trazer abalos profundos ao país”, na “preservação dos altos interesses da agricultura e da pátria”

(11). — Veja-se TAUNAY (Affonso de E.), “Subsídios para a História do Tráfico Africano no Brasil Colonial”, Separata dos *Anais do III Congresso de História Nacional*, III Vol., Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, Rio de Janeiro, 1941, p. 674; Alfredo Gomes, “Acheegas para a História do Tráfico Africano no Brasil — Aspectos numéricos”, in *Anais do IV Congresso de História Nacional*, Rio de Janeiro, 1950, pp. 51-52; Emília Viotti da Costa, *ob. cit.*, pp. 21-25, 58-64, 78-87, 100-101; Victor Viana, *Histórico da Formação Econômica do Brasil*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1922, pp. 212-213; Raimundo Ortigão, *A Moeda Circulante do Brasil*, Monographia apresentada ao Primeiro Congresso de História Nacional, Rio de Janeiro, 1914, pp. 16-17, 69-70; Amaro Cavalcanti, *Elementos de Finanças*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1896, pp. 96-102; Manuel Diégues Junior, *Imigração, Urbanização, Industrialização*, INEP, Rio de Janeiro (GB), 1964, pp. 24-28, 33-34, 43-44, etc.

que eram confundidos com os interesses dos proprietários de escravos, como opinava Nabuco (12).

Diante da ameaça aos privilégios de que sempre foram beneficiários, à propriedade total dos trabalhadores escravos em primeiro lugar, a reação geral do grupo, minoritário mas poderoso, era de repulsa à qualquer alteração e, mesmo diante do inevitável, só cediam o que não podiam bloquear ou desviar nos seus objetivos maiores.

Exigências diferentes e novas condições que se delineavam desde o início do século, mas se afirmaram com mais nitidez após 1850, forçariam outras atitudes, e foram as responsáveis maiores pela existência de possibilidades necessárias à reformulação de muitos dos problemas. Na medida em que os apo'ogistas da escravidão, que eram em geral também proprietários das terras, (mesmo quando de importância menor mas com a mesma estrutura mental), tivessem força bastante para desvirtuar os objetivos principais das medidas tomadas, ou poder de adaptação para cederem com o menor prejuízo possível aos seus privilégios, a questão se encaminharia, realizando-se em alguns pontos, frustrando-se em outros, com 'entidão mais ou menos desejável pela minoria que procurava bloquear as reformas. De qualquer modo os problemas econômico-sociais da nação estavam em estreita relação com a questão da escravidão, uma vez que era um dos pilares básicos da produção mais importante do país (setor da exportação). Mas, acima mesmo dos interesses da c'asse de mais pêsso na sociedade brasileira estava a resolução do problema essencial da produção. Este estava ligado não só aos proprietários rurais mas, também, a todo o conjunto econômico-social, que exigia urgente reformulação. Sobretudo no que se referia ao problema da mão-de-obra, pois não havia possibilidade nenhuma de sua continuação por muito tempo. Como dissemos, as condições de sua existência no Brasil não mais subsistiam, a não ser como um adiamento a prazo cada vez mais curto, e gerando problemas cada vez mais sérios de impossibilidade e bloqueio à pro-

(12). — Joaquim Nabuco, *O Abolicionismo*, *ob. cit.*, pp. 140, 185, 195, 229-233, 236-241, etc.; Fernando Henrique Cardoso, *ob. cit.*, p. 240, faz a mesma reflexão, a respeito do problema. Octavio Ianni, *ob. cit.*, a propósito da integração e do condicionamento do indivíduo à organização social em que sempre viveu, a ponto dos comportamentos se tornarem automáticos, sôbre o que tece comentários muito interessantes — veja-se pp. 250-280; Fernando Henrique Cardoso, já citado nesta nota, também estuda o problema sob o aspecto abordado por Octavio Ianni, e acima comentado — veja-se pp. 139-142, 156-161, 166-167, 222-225, 229-233, 241-244, 248-261 (e nota 11), etc.; sôbre as características sociais do regime e os seus condicionantes, também é expressivo o que Nabuco escreve, na mesma obra citada nesta nota, veja-se pp. 110, 113, 116-117.

dução. José Bonifácio, já em 1823, compreendera essa situação e as vantagens do encaminhamento imediato de uma solução à questão escrava — antes mesmo do estancamento efetivo da fonte africana, uma vez que êle seria inevitável — e assim preparara o projeto que devia apresentar à Assembléia Constituinte, quando esta foi dissolvida. Antecipando-se ao motivo principal que dariam os interessados no tráfico e no trabalho servil, escreveu que, quando na Inglaterra se falou pela primeira vez contra o tráfico negroiro, muita gente

“gritou ser impossível ou impolitica similhante abolição porque as Colonias Britanicas não podião escusar hum tal commercio sem huma total destruição”

e, acrescenta:

“todavia passou o *Bill*, e não se arruinarão as Colonias” (13).

Também no Brasil, uma vez o tráfico realmente extinto (1850), uma das razões que mais contribuíram para desmoralizar as terríveis previsões a cada passo dado para a resolução do problema, foi a verificação, ao contrário, de um novo incremento às atividades produtivas e um novo surto de progresso e prosperidade para o país, a cada etapa vencida na luta contra o trabalho servil (14).

Algumas das razões, por exemplo, de progresso econômico de grande importância para países de capitais insuficientes, como o Brasil do século XIX, e relacionadas às questões de investimentos fundamentais, até hoje reconhecidas como essenciais por eco-

(13). — “Representação à Assembléa Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a Escravatura por José Bonifácio d'Andrade e Silva”, Paris, na Typographia de Firmin Didot, MDCCCXV, in *Obras Científicas, Políticas e Sociais de José Bonifácio de Andrada e Silva*, Coligadas e Reproduzidas por Edgard de Cerqueira Falcão, Vol. II, p. 124.

(14). — Sobre a questão veja-se as palavras de Euzébio de Queiroz, em discurso de 1852, in Joaquim Nabuco, *O Abolicionismo*, *ob. cit.*, pp. 82 e 85; bem como o próprio Nabuco, *idem*, pp. 84-86; *Um estadista do...*, Vol. II, *ob. cit.*, p. 16. Observamos, porém, que não apenas influiria no desenvolvimento do país a questão dos investimentos, devido aos capitais libertados pelas medidas anti-escravistas, mas, apesar da importância primordial da questão, outros fatores poderiam agir concomitantemente, como a expansão do mercado externo, alta de preços dos produtos de exportação, etc., além de, no plano interno, o país ter podido sustentar o aumento de produção e a exportação. A produção, sobretudo do café que, na época, já era o responsável pelas maiores rendas de exportação, foi sustentada por medidas de várias naturezas, inclusive pela transferência de mão-de-obra das regiões menos prósperas para as áreas cafeeiras, durante os primeiros anos após a cessação do tráfico. Veja-se, a propósito da transferência da mão-de-obra das zonas decadentes para as áreas cafeeiras que, em pouco tempo, concentrarão 2/3 dos escravos existentes no país, Emília Viotti da Costa, *ob. cit.*, pp. 461-462.

nomistas e historiadores, foram antecipadas pelo lúcido estadista, nos seguintes termos:

“Com effeito, immensos cabedae sahem annualmente deste Imperio para Africa; e immensos cabedae se amortizão dentro deste vasto Paiz, pela compra de escravos, que morrem, adoecem, e se inutilizão, e demais pouco trabalho” (15).

Mauá também apontaria como uma das principais razões de progresso do país, a libertação de capitais

“deslocados do ilícito comércio”, que podiam “ir alimentar as forças produtivas do país” (16).

Uma das principais etapas para o surto de progresso e transformações econômico-financeiras fundamentais para o Brasil do século XIX, no sentido de modernização de suas bases e investimentos com caráter dinâmico e multiplicador, agindo diretamente sobre a produção e em setores básicos da economia, seguiu-se à primeira grande medida contra o regime servil em nosso país (17). Medida que os apologistas da escravidão no Brasil por tanto tempo bloquearam e combateram, assegurando que inúmeros desastres econômico-sociais se seguiriam à medida de tal gravidade. Mas, ao contrário, à cada fase vencida na luta pela emancipação dos escravos, os resultados eram os mais animadores.

Podemos verificar, pelos dados que se seguem, a evolução dos setores básicos da sociedade brasileira do século XIX, tomando-se como marcos as principais fases da luta contra trabalho servil (18):

(15). — “Representação à Assembléa...”, *loc. cit.*, p. 130; na pág. 140, de nôvo José Bonifácio insiste na questão.

(16). — “Exposição do Visconde de Mauá aos Credores de Mauá & C. e ao público, Rio de Janeiro, 1878”, in *Mauá — Autobiografia*, prefaciada e anotada por Claudio Ganns, Edições de Ouro, MCMLXIV, p. 124.

(17). — É suficiente observar o aumento da renda nacional, incremento das atividades econômicas em nosso país, expressa por novas formas de empreendimentos, inauguração de bancos e instalação de indústrias, bem como aumento da produção tradicional, exportação e valor da mesma, registrados mais adiante, no texto, quando apresentarmos os quadros da produção e de seu incremento, bem como dos estabelecimentos industriais que se desenvolveram bastante nos anos que se seguiram à abolição efetiva do tráfico de escravos. Veja-se fontes nas notas mais adiante.

(18). — É necessário alertar, sobre as informações reunidas por setores e apresentadas no texto, que não compõem quadros rigorosamente estatísticos pois, provenientes de fontes diversas, sobretudo as anteriores a 1872 (quando foi realizado o 1º Recenseamento Geral do Brasil), muitas delas são mais avaliações

I. — POPULAÇÃO DO BRASIL NO SÉCULO XIX.

1 — (19).

ANOS	População total	População livre	População escrava	Porcentagem de escravos
1823	3.960.866	2.813.351	1.147.515	29,0%
1850	8.020.000	5.520.000	2.500.000	31,0%
1867	9.880.000	8.480.000	1.400.000	14,1%
1872 (*)	9.930.478	8.453.891	1.476.567	15,0%
			(em 1874)	
1887	14.002.235	13.278.816	723.419	5,0%
1890 (*)	14.333.915	—	—	—

(*) = Recenseamentos.

do que informações colhidas em inquéritos gerais e submetidas a tratamento estatístico rigoroso. E, mesmo certas informações posteriores a 1872 deixam muito a desejar como, por exemplo, o número da população escrava após 1871, colhida nas informações dos livros de matrícula exigidos pela Lei de 1871 (conhecida como Lei do Ventre Livre), art. 8º, § 2º que obrigava os senhores a matricular em todos os seus escravos em prazo determinado (veja-se Lei N. 2040 de 28 de setembro de 1871, in *Livro do Estado Servil e respectiva Libertação*, organizado por Luiz Francisco da Veiga, Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1876, p. 25). — Ora, como nem todos os escravos foram matriculados e, ainda, como nem todos matriculados foram recenseados por ocasião das primeiras apurações, os algarismos fornecidos, como comprova a nota que se segue ao “Quadro dos escravos matriculados no Império”, em 1874, “não representam ainda o total da matrícula nem o resultado final do apuramento do censo” — veja-se *Livro do Estado Servil...*, acima citado, Estatística, penúltima página, não numerada. Temos, pois, de chamar a atenção para a relatividade de certos dados mas, apesar das ressalvas necessárias, as informações estão em condições de responder as perguntas que formulamos, pois comprovam o crescimento geral verificado no período estudado. Por outro lado registra o decréscimo da população escrava, comprovado por outras fontes, como testemunhos e administradores da época, o que, no caso, significava uma das razões da liquidação do sistema. Assim, se são falhas, é mais por incompletas do que por falsidade, própria — só o seriam no sentido de não apresentarem todo o crescimento verificado mas, para as indagações que fazemos, são suficientes. Foram apresentadas em quadros e por setores, na intenção, sobretudo, de facilitar a leitura dos dados e a compreensão da evolução da estrutura geral.

(19). — As informações sobre população, que compõem o quadro I, foram colhidas nas seguintes fontes e obras: “Memoria Estatística do Império do Brazil (1808 e 1823)”, in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo LVIII, Parte 1, 1895, p. 99, dados sobre 1823; Caio Prado Júnior, *Evolução Política do Brasil e outros estudos*, Editora Brasiliense, São Paulo, 1953, dados sobre 1850; Quadro Oficial da obra *O Brasil na exposição de Paris (1867)*, transcrito por Alfredo Gomes, “Achegas para a História do Tráfico Africano no Brasil — Aspectos Numéricos”, in *Anais do IV Congresso de História Nacional*, Rio de Janeiro, 1950, p. 41; *Anuário Estatístico do Brasil*, IBGE, Rio de Janeiro, 1969, p. 37; Quadro dos escravos matriculados no Império

2. — Decréscimo da população escrava e indicações de preços (sem nenhum valor estatístico nem serial) (20):

a). — Decréscimo: a mortalidade da população escrava era muito grande. Não transcrevemos os dados porque não são informações gerais, referem-se só a algumas províncias. Nabuco assinala que, enquanto

“eram alforriados, de 1873 a 1882, 70.183 escravos, morreram em cativeiro 132.777, ou cêrca do dôbro” — in *O Abolicionismo*, *ob. cit.*, p. 210.

b). — Emília Viotti (*ob. cit.*, pp. 203-204) assinala nos anos que se seguem, a seguinte média de preços (acrescentamos, para 1885-1888, os dados da Tabela de Valor estabelecida pela Lei de 1885):

(1874), in *Livro do Estado Servil...*, *ob. cit.*, penúltima página, anexo Estatística, s/n; Joaquim Nabuco, *O Abolicionismo*, *ob. cit.*, pp. 84, 185, 207, 210, etc.

Algumas das informações dessas fontes e livros não foram utilizadas no quadro pròpriamente, mas serviram de comparação para comprovarmos que as discrepâncias entre elas não são de importância nem assumem maior significação para as indagações que levantamos.

(20). — Veja-se Art. 1º § 3º e § 4º e Art. 3º § 1, da Lei nº 3.270 de 28 de setembro de 1885 (conhecida como dos Sexagenários), que estabelece a Tabela do Valor dos escravos (as escravas, de acôrdo com o § 4º, valiam 25% menos que os escravos do mesmo grupo de idade) e as deduções anuais sôbre o valor primitivo, na Publicação Especial da Câmara de Petrópolis, por ocasião da transladação dos restos mortais da Princesa D. Isabel e do Conde d'Eu, Petrópolis, 12 e 13 de maio de 1971; Tabela do valor dos escravos e das escravas (...) e das deduções annuaes prescriptas no § 1º do Art. 3º da Lei de 28 de Setembro de 1885”, Bahia, 4 de Agosto de 1887, M. M. do Amaral (segue-se à Tabela, várias Observações sôbre os serviços dos escravos e disposições da Lei quanto aos libertos), avulso da época, no Arquivo Imperial de Petrópolis; “Quadro dos ingenuos matriculados nas Províncias que ministraram as respectivas informações”, 1874, in *Livro do Estado Servil...*, *ob. cit.*, Estatística, última página, s/n, (com dados também de Mortalidade); Joaquim Nabuco, *O Abolicionismo*, *ob. cit.*, pp. 180-181, 185, 197, 207, 209-210; Emília Viotti da Costa, *ob. cit.*, pp. 203-207; veja-se, também, as indicações da nota 19, anterior.

Observação: Mais do que em outro qualquer aspecto as avaliações sôbre os preços dos escravos são precárias e suas bases são frágeis. Exigiriam um levantamento extenso e profundo de fontes, talvez possíveis para certas fases e em certas áreas, e muitos anos de pesquisas em várias regiões do país teriam, ainda, de serem submetidas à avaliação de especialistas na matéria (técnicos em demografia histórica, estatística, problemas de avaliações de outros períodos históricos, etc.).

1850-1860	—	650\$ a 1.700\$000
1871-1875	—	800\$ a 1.500\$000
1876-1880	—	1:000\$ a 2.500\$000 e até 3:000\$000
1885-1888	—	900\$ a 200\$000 (de 17 a 59 anos).

3). — Concentração de escravos (Províncias de maior população ou que tinham maior proporção de escravos):

a). — antes da Independência (até 1822) — (21)

Províncias	Livres	Escravos	Total	% escravos
Minas Gerais	463.342	168.543	631.885	26,7
Rio e Côrte	363.940	146.000	510.000	28,7
Bahia	330.649	147.263	477.912	30,8
Pernambuco	272.832	97.633	371.465	26,3
São Paulo	160.656	77.667	238.232	32,6
Maranhão	66.668	133.332	200.000	66,6
Goiás	36.368	26.800	63.168	42,5
Mato Grosso	23.216	14.180	37.396	38,6

Nota: Como se vê pela proporção de escravos, não só nas Províncias de produção mais importante (exportação de mais valor) como nas de menor importância, a proporção de escravos era muito grande. Difícilmente, nesta fase, a idéia de emancipação poderia ser aceita (22).

b). — 1867 — Evolução do quadro (23):

Províncias	Livres	Escravos	% escravos
Minas Gerais	1.440.000	160.000	1:9
Rio e Côrte	1.550.000	300.000	1:5 1/6
Bahia	1.170.000	280.000	1:4 1/6
Pernambuco	970.000	250.000	1:3 3/4
São Paulo	825.000	75.000	1:11
		117.731 (*)	
Maranhão	450.000	50.000	1:9
Goiás	240.000	10.000	1:24
Mato Grosso	95.000	5.000	1:19
Total população BR.	9.880.000	1.400.000	1:7 2/35

(21). — Parte do quadro organizado por Calógeras e transcrito por Alfredo Gomes, *loc. cit.*, p. 49.

(22). — Veja-se Joaquim Nabuco, *Um estadista...*, Vol. II, *ob. cit.*, pp. 15-16.

(23). — "Quadro da breve notícia", da obra *O Brasil na Exposição de Paris, em 1867* (publicação do Governo), in Alfredo Gomes, *loc. cit.*, p. 41

(x). — Viotti da Costa, *ob. cit.*, dá para 1854 o número de 117.731, o que nos parece mais viável.

Nota: A diferença é muito grande em relação ao quadro anterior. A população livre mais do que triplicou em certas áreas como nas três principais áreas cafeeiras: São Paulo (onde quintuplicou), Rio-Município Neutro e Minas, mas a população escrava cresceu apenas uma vez. Temos inúmeras observações a fazer, após a transcrição dos quadros seguintes (recenseamentos de 1872 e 1890).

c). — População recenseada em 1872 e 1890 (24):

Províncias e Regiões			% sôbre o total	
	1872	1890	1872	1890
Minas Gerais	2.039.735	3.184.099	20,35	22,21
Rio e Côrte	1.057.696	1.399.535	10,65	9,77
Bahia	1.379.616	1.919.802	13,89	13,39
Pernambuco	841.539	1.030.224	9,47	7,18
São Paulo	837.354	1.384.753	8,43	9,56
Maranhão	359.040	430.854	3,62	3,01
Goiás	160.395	227.572	1,61	1,59
Mato Grosso	60.417	92.827	0,61	0,65
NORTE	332.847	476.370	3,35	3,32
NORDESTE	4.638.560	6.002.047	46,70	41,87
SUDESTE	4.016.922	6.104.334	40,46	42,59
SUL	721.337	1.430.715	7,27	9,98
CENTRO-OESTE	220.812	320.399	2,22	2,24
BRASIL:	9.930.478	14.333.915		

d). — Concentração da população escrava entre 1872 e 1887: (dados sôbre algumas províncias) (25):

Províncias	1872	1875 (?)	1885	1887
Minas Gerais	370.000	235.115	226.000	191.000
Rio e Côrte	297.637	304.744	—	—
São Paulo	156.612	169.964	174.622 (1883)	160.665
Bahia	—	173.639	—	—
Pernambuco	—	92.855	—	—

— para tornar mais fácil a comparação, conservamos a mesma ordem e selecionamos as mesmas Províncias do quadro anterior, utilizando os dados de população transcritos por Alfredo Gomes.

(24). — Instituto Brasileiro de Estatística, Departamento de Censos, Situação Demográfica, p. 37.

(25). — Emília Viotti da Costa, *ob. cit.*, pp. 207-209, 399.

II. — Outros setores:

1. — Exportação de café (milhares de sacos de 60 kg.) (26):

Anos	Exportações	Porcentagem sobre produção mundial		
1821-30	3.178	1820/29	—	18,18%
1831-40	10.430	1830/39	—	29,70%
1851-60	27.339	1850/59	—	52,09%
1871-80	32.509	1870/79	—	49,09%
1881-90	51.631	1880/89	—	56,63%
		Em 1900/04	chegará a	75,64%

2. — Balança de comércio (27):

Anos	Exportações	Importações
1833-34	33.011:512\$200	36.237:411\$371
1851-52	66.640:304\$000	92.860:415\$000
1871-72	193.418:900\$000	162.271:400\$000
1886-87	365.592:152\$000	310.850:217\$000

3. — Porcentagens dos principais produtos de exportação (28):

Produtos	1821-30	1831-40	1851-60	1871-80	1881-90
Açúcar	30,1%	24,0%	21,2%	11,8%	9,9%
Algodão	20,6%	10,8%	21,2%	9,5%	4,2%
Café	18,4%	43,8%	48,8%	56,6%	61,5%

4. — Incremento industrial (29):

ANOS	Nº de patentes expedidas
1831-40	5
1851-60	67
1871-80	355
1881-89	955

(26). — Caio Prado Júnior, *História Econômica do Brasil*, Editora Brasiliense, 1954, p. 164; Virgílio Noya Pinto, "Balanço das transformações econômicas no século XIX", in *Brasil em Perspectiva*, Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1968, p. 157.

(27). — Calógeras (J. Pandiá), *A política monetária do Brasil*, Companhia Editora Nacional, 1960, pp. 63, 103, 160.

(28). — Virgílio Noya Pinto, *loc. cit.*, pp. 152, 156.

(29). — *Idem*, p. 155.

5. — Estradas de ferro (30):

1864	—	475 Km.
1870	—	1.000 Km.
1883	—	4.865 Km.
1888	—	9.200 Km.

6. — Empréstimos externos (31):

Anos	Valor em £	Taxa	Fim a que se destina
1824	£ 1.332.300	5	Cobrir deficits
1825-43	£ 1.913.000	5	<i>Idem</i> , juros e amortização
1852	£ 1.040.600	4,5	<i>Idem</i>
1858 e 1860	£ 2.909.000	4,5	Aumento Est. de Ferro
1859, 63-75	£ 19.487.400	4,5 e 5	Cobrir deficits, dívida flutuante, amortizações
1833	£ 4.599.600	4,5	Melhoramentos Est. Ferro, serviços água, etc.
1886	£ 6.431.000	5	Cobrir deficits, etc.
1888	£ 6.297.300	4,5	Est. Ferro, etc.
1889	£ 19.837.000	4	Conversão.

Comentários sôbre os dados apresentados:

1. — De maneira geral é um quadro de expansão que se apresenta sob os nossos olhos, salvo o aspecto dos empréstimos externos, em geral feitos para cobrir deficits. Mas, pelas importâncias crescentes e pela frequência, vê-se que o Império tinha crédito no exterior. Aliás, por alguns debates nas Câmaras, vê-se que os representantes da nação preocupavam-se em manter êsse crédito, não descurando a questão dos pagamentos, etc. Mauá, escrevendo sôbre a questão de emissões, declara-se contra a excessiva preocupação metalista, e à favor do papel moeda quando é preciso incrementar as atividades econômicas, desde que não haja abuso, e refere-se para exemplificar, às emissões de 1841 e 1845, sem afetar o valor desse papel que continuou a ser exclusivamente regulado pelo valor dos produtos exportáveis, sem nenhuma referência à moeda metálica (32). De certo modo, portanto, e apesar de várias ressalvas em outros planos, pode-se dizer que, não fôsse a timidez e a falta de iniciativas no sentido de modernização e atualização, a

(30). — *Idem*, p. 158.

(31). — *Idem*, pp. 151, 157.

(32). — "O meio circulante do Brazil — pelo Visconde de Mauá, Rio de Janeiro, 1878", in *Mauá — Autobiografia, ob. cit.*, pp. 316-326.

situação econômica do Império era boa, por tôda essa expansão que a conjuntura geral(externa e interna) permitia. A grande questão a resolver era mesmo a do trabalho servil, tanto mais que sua continuação não era mais possível em têrmos concretos. Pelos dados referentes aos vários setores, vemos também que, em nenhum momento em que se tomou medidas mais sérias contra a escravidão a economia foi afetada mas, bem ao contrário, houve incremento econômico-financeiro. A questão é clara quando se examina os resultados anuais dos setores básicos, e se não transcrevermos quadros mais completos para não alongarmos demasiadamente o trabalho. Tanto mais que, preocupando-nos sobretudo em deixar claro o movimento geral de expansão, e ressaltar que as medidas contra a escravidão não o tinha afetado de modo negativo, os dados são satisfatórios.

2. — Passamos, em seguida, a considerar a questão da população que, no caso, tem a máxima importância. Apesar de seus quadros serem, justamente, os mais deficientes, pois há falhas de documentação, sobretudo para certas áreas e períodos, em que, às vezes, há apenas vagas referências. Apesar disso, à medida que caminha o século, as informações são mais abundantes, sobretudo para algumas regiões e em alguns períodos. Para os objetivos que temos em mira, isto é, verificar se houve crescimento considerável da população livre, e quais as características econômico-sociais dessa população, acreditamos que, para uma primeira abordagem, elas são suficientes. Estão essas questões relacionadas à possibilidade de aproveitar a força de trabalho dessa população para as tarefas nas fazendas e engenhos, sobretudo nas condições desejadas ou exigidas pelos proprietários das terras. Relacionam-se também à características da organização social brasileira e à sua formação, condicionando objetivos e costumes. Daí as dificuldades iniciais com os imigrantes. Mas estes, segundo os dados dos censos de 1872 e seguintes, em análise feita por autoridade no assunto, sobretudo no período que nos interessa, não teve significação quantitativa especial, pois

“constituiria apenas 10,51% do aumento total” (33).

Apesar disso teve significação de certa importância em algumas áreas, mesmo na fase estudada, e se não foi tanto pelo número nem mesmo por resultados concretos em qualquer setor, pesou, inclusive, pelas diferenças de atitude a que obrigava às várias camadas da população que com eles tratavam — fôssem fazendeiros,

(33). — Giorgio Mortara — *Pesquisas sobre o desenvolvimento da população do Brasil*, I. B. G. E., Rio de Janeiro, 1951, pp. 52, 55.

governo, políticos ou empresários — e mesmo pelos atritos que provocaram, chamaram a atenção, em terra de escravos sem posição definida como homens, para o fato de que os trabalhadores que se ocupam do labor mais rude que seja, em qualquer país, são igualmente homens. Vinham quebrar uma tradição de esquecimento e brutalidade de quase três séculos em relação aos trabalhadores da terra, essas “mãos e pés dos senhores”, de engenhos ou de fazenda, como dizia Antonil. Antes de nos ocuparmos desse aspecto da questão, pròpriamente, analisaremos os dados dos quadros de população.

Inicialmente podemos notar que, entre 1823 e 1872, enquanto a população livre mais ou menos triplica, a população escrava aumenta apenas uma vez. Em São Paulo, mesmo que ela não tenha diminuído, como é provável, nem ao menos duplicou, e isso quando a população livre da província aumentava 5 vèzes mais. O que nos faz pensar que naquela área, mesmo se os proprietários insistiam na conservação da escravidão, uma solução paralela era urgente. Mas, lembramos, o período seguinte vai ser ainda de maior expansão da produção e os dados do quadro de 1867, mesmo se de responsabilidade oficial, não nos merece confiança absoluta, daí acharmos mais provável a informação de Emília Viotti da Costa, que assinalamos. De qualquer modo é necessário proceder-se a investigações mais demoradas. Por outro lado, nota-se que, enquanto outras províncias se despovoaram enormemente em relação à população escrava, a província da Bahia ainda conseguia mais do que triplicar sua população livre e praticamente duplicar o número de escravos. Pernambuco, igualmente, conseguia aumentar 3 1/2 vèzes sua população livre e quase conseguiu triplicar o número de seus escravos. Como se vê, até esta data, os senhores de terras e proprietários de escravos do Nordeste conseguiam manter a sua posição no Império. Não parece, diante desses dados, que fôsse somente devido a uma questão de tradição. Se êstes dados não estão muito longe da realidade — o que é necessário esclarecer através de novas pesquisas e estudos — êles forçam a uma série de retificações e algumas revisões a afirmações ainda recentemente repetidas. Em primeiro lugar não seria verdade que, desde 1850, o Centro-Sul adquiria os escravos no Nordeste, sobretudo de suas províncias mais importantes e de uma maneira geral. Como o tráfico não alimentava mais a nação, de escravos, seria a região Norte e o Nordeste ocidental, que se desfariam de escravos em benefício das áreas mais ricas. Certamente é necessário, através de pesquisas cuidadosas, estabelecer essas correntes internas de tráficos e investigar as conseqüências efetivas para as várias áreas afetadas. Como essas regiões aparecem, no quadro anterior, tão sortidas de escravos — é o caso da enorme proporção de escravos no Maranhão

e Goiás (mas também no Ceará e Alagoas no Nordeste oriental, é preciso assinalar) — pois, apesar de não apresentarem uma população tão grande como a de outras províncias, tinham uma proporção muito elevada de escravos (66,6% no Maranhão; 42,5% em Goiás; 38,3% em Alagoas e 27,6% no Ceará). Nestas províncias a população escrava caiu enormemente, e não só não aumentou como diminuiu as vezes mais de 2/3, como foi o caso no Maranhão; de mais de metade como se deu em Goiás; de quase 50% no Ceará ou, pelo menos, sofreu alguma diminuição, como em Alagoas. Dessas áreas é que teria procedido a população escrava para o centro sul, e até para Pernambuco e Bahia. Essa observação pode explicar porque o Piauí, objeto de pesquisa de nossa colega Míridan Knox, tinha uma fonte de receita tão apreciável na taxa de escravos exportados, como consta de queixas nos Relatórios dos Presidentes da Província, assunto que foi objeto de troca de impressões entre nós, o que deve ser investigado. De acôrdo com os dados dos quadros examinados a questão é perfeitamente viável, pois antes da Independência o Piauí contava com uma população de escravos de 12.405 indivíduos, que significava 20,3% da população total da população e, em 1867, o crescimento não chegou a duplicar, enquanto a população livre aumentava 5 vezes, proporção igual a de São Paulo. Apesar disso, entre 1823 e 1867, a população escrava não foi melhor do que na época da Independência, (o que era, proporcionalmente, uma grande diminuição), com uma elevação máxima no meio do século, e o fato se explica por dois motivos principais: até 1850 era alimentada pelo tráfico negreiro e, depois dessa data, sofreu a redução de um milhão mas, apesar de tudo, conservou-se em nível mais alto do que o de 1823. A mortalidade, nessa ocasião, deve ter diminuído face à nova situação, de necessidade do escravo e estancamento da fonte africana, quando ainda não se cuidara de nenhum outro tipo de solução. Mas, acima de qualquer outra verificação, nota-se o considerável crescimento da população livre, fato de importância primordial que voltaremos a comentar, e a associar a outros fatores, após a análise dos demais dados (de 1872 e 1890).

Quanto às modificações entre 1872 e 1890, e mesmo entre 1867 e 1872, anos que parecem tão próximos mas que surgiam após a crise dos meados dos anos 60, mais do que a fase anterior, têm de ser relacionados aos outros setores, inclusive de exportação. É a única maneira de explicar, por exemplo, porque a província de Pernambuco, que entre 1822 e 1867 mais do que triplicara a sua população livre, mas também quase triplicara o número de seus escravos, no período seguinte vai voltar à situação de 1822, na questão da mão-de-obra, e até com uma pequena desvantagem. Consultando-se, porém, a relação da participação dos produtos na exporta-

ção brasileira (quadro 3 do setor II), observa-se que, de um nível de mais de 20% no comércio exterior, o açúcar, principal produto da região, apresenta uma queda de 10%, passando a ter uma participação de apenas 11,8% (1871-1880) — no decênio seguinte (1881-1890) cairá ainda mais, ficando representando apenas uma participação de 9,9%. Por outro lado, o algodão, cultura também muito cuidada na região, de uma participação de 21,2% em 1851-1860, cai para 9,5% em 1871-1880, e para 4,2% em 1881-1890. Estes dados podem explicar, portanto, a perda da mão-de-obra em quantidade tão grande, pois quase em 2/3 do número da fase anterior. A Bahia também seria afetada pela mesma conjuntura, e certamente outras províncias do Nordeste, mas os dados que reunimos sobre a mão-de-obra discriminada por província, nas duas últimas fases, estão muito incompletos. Reunidas, porém, em um prazo muito breve, para a Comunicação ao Simpósio, acreditamos que, com o prosseguimento de pesquisas mais demoradas, os dados possam ser encontrados porque se referem a datas mais recentes.

De qualquer modo, sobretudo após 1885, a diminuição da população escrava era acelerada. Mas, para 1872, a situação das províncias cafeeicultoras é excelente, inclusive no que diz respeito à mão-de-obra, que aumentou. O que corresponde, aliás, aos quadros de exportação do café, e crescente participação desse produto na proporção da exportação de produtos brasileiros que, nessa fase domina de modo absoluto (em 56,6%). Apesar disso, nos anos difíceis da diminuição da mão-de-obra, após 1875, só São Paulo consegue apresentar, ainda, um maior número de escravos do que na fase anterior. Os dados de exportação do café, e a posição que ocupa entre os produtos de exportação do Brasil, justificam perfeitamente a questão e a concentração dos últimos contingentes de escravos na província.

Outros comentários poderiam ser feitos, mas necessitamos de mais dados e de aprofundar certas direções que a pesquisa nos solicita. De qualquer modo, a questão que mais chama a atenção, nos dados de população dessa fase, é o crescimento considerável da população livre do Brasil. Entre os dois primeiros Recenseamentos (1872 e 1890), ela foi de aproximadamente 40%. E de há muito vinha a população livre aumentando consideravelmente, no Brasil. O fato é de grande importância porque, junto com a preservação do monopólio das terras, nas mãos dos exportadores e proprietários das áreas de maior importância econômica (34),

(34). — Veja-se as observações de Saint Hilaire (Augusto de), *Segunda Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo (1822)*, (tradução), Companhia Editora Nacional, 1932, pp. 38-40; da mesma maneira as de Vilhe-

foi primordial na maneira como a abolição será realizada. O fato da localização das terras, em relação às possibilidades de transporte e de acesso a núcleos vizinhos ou centros em contato com mercados exteriores que estimulem ou imprimam dinamismo às atividades econômicas, é também de grande importância (35). Quando se relacionavam a formas de colonização interna, ou ao tipo de pequenas propriedades agrárias, o que só se daria em certas áreas e após certa evolução, deveriam pelo menos contar com um centro capaz de absorver a sua produção; logo, de sustentar as suas atividades na agricultura de subsistência e pequenas empresas inicialmente de tipo doméstico. A técnica, levando as estradas de ferro a maiores distâncias e possibilitando a manutenção de comunicações com áreas antes sem interesse, contribuirá, e muito, para a expansão da ocupação e a ampliação da utilização de recursos antes adormecidos. Mas, se monopolizadas pela mesma minoria habitualmente beneficiada, os efeitos sociais e o ajustamento de uma classe média de pequenos proprietários estava excluída. Apesar disso, quando dessas penetrações, os quadros de proprietários deviam alargar-se um pouco, embora pelas características do sistema, os novos elementos em tempo mais ou menos longo, se enquadravam na ordem dominante, salvo se as condições de ocupação fossem diversas, o que era muito difícil. Em geral as frentes desbravadoras das novas áreas, quando não se tratava de assalariados em áreas de monetarização mais geral, estabelecia-se em pequenas extensões de terras, mas nem sempre podiam se manter nas mesmas, pois os grandes proprietários tratavam em geral de desalojá-los. É o que registram certos testemunhos (36) e estudiosos do assunto (37). Segundo alguns estudos recentes (38), esta atitude faz par-

na (Luís dos Santos), *A Bahia no século XVIII*, Vol. III, Editora Itapuã, Bahia, 1969 (reedição da famosa Recopilação de Notícias Soteropolitanas e Brasília, de 1802), pp. 918-922; mais tarde, entre 1846-1848, Antônio Pedro de Figueiredo fazia observações semelhantes, veja-se *O Progresso*, Revista Social, Literária e Científica, reedição feita pelo Governo do Estado de Pernambuco, Prefácio de Amaro Quintas, Imprensa Oficial, Recife, 1950, pp. 297-300 (ano de 1846, Tomo I), pp. 409-415, 418, 419-423, 428, 549-551, 630-637, etc. (ano de 1847, Tomo II); Joaquim Nabuco, igualmente, trataria da questão, — veja-se *O Abolicionismo*, *ob. cit.*, pp. 142, 145, 187-188, 191, 197, 199-200, 230-231, etc..

(35). — A esse respeito é muito interessante a maneira como Antônio Pedro de Figueiredo, *ob. cit.*, em 1847, se refere ao assunto; veja-se p. 631.

(36). — Saint-Hilaire (Augusto de), *ob. cit.*, p. 39.

(37). — Handelman (Henrique), *História do Brasil*, (tradução), Edição do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1931, pp. V, VIII-XII, 984-990, referindo-se à situação entre 1857 e 1859; veja-se, em especial pp. 986-988; Freire (Felisbello), *Historia Territorial do Brazil*, 1º Vol., Rio de Janeiro, 1906, pp. 207-214.

(38). — Veja-se Octavio Ianni, *ob. cit.*, pp. 8-11, 13-14, 24-27, 81-84, etc. Fernando Henrique Cardoso, *ob. cit.*, p. 218.

te da própria dinâmica do sistema instalado e do mecanismo de preservação do mesmo. A tese nos parece válida, tanto mais em momentos em que uma das principais bases do sistema era atacada. Não foi por acaso, portanto, que a abolição seria realizada sem medida alguma complementar. Assim sucedendo, a organização social não foi modificada, tendo a minoria que se beneficiava do sistema conduzido a grande reforma (a abolição) preservando suas posições e privilégios estabelecidos desde o início da organização da colônia.

De acordo com as possibilidades de cada área foi reorganizado o trabalho. O centro-sul melhor capitalizado e dispoñdo de considerável mão-de-obra, bem como de um sistema de transporte e comunicações organizado desde a época da mineração, teve a sua disposição melhores condições de desenvolvimento (39). Além disso, localizava-se em sua região as condições excelentes para o desenvolvimento da cultura do café, fonte principal de divisas da economia brasileira. Pôde, assim, reorganizar o trabalho e a produção à base do trabalho assalariado. Possibilidade que lhe trazia outras tantas condições de maior desenvolvimento e expansão. Constituiu, enfim, uma área de economia dinâmica, que só com o surgimento de considerável concorrência de produto semelhante, obtido em outras nações, poderia criar dificuldades excepcionais à região. Nesse momento, porém, poderia ter havido satisfatória acumulação de capitais e de técnica, bem como a influência de fatores favoráveis que permitissem a continuidade do desenvolvimento.

Nas áreas em decadência econômica, foi maior o apêgo às formas arcaicas de organização, por impossibilidade de adotar fórmulas mais modernas, que requeriam pré-requisitos ainda não suficientemente constituídos. De fato, para adotar o regime pleno de salário, seria necessário maior capitalização e aparelhamento mais geral (infra-estrutura), adequação da região para produtos mais valorizados nos mercados internacionais, uma vez que não havia mercado interno nem próximo, a que uma produção agrícola pudesse se dirigir. De resto, menos valorizada e sem sistema de transporte, nem comunicações, na época, para poder ir concorrer com produção semelhante, no distante local. Assim teve de refugiar-se, com mais intensidade, no sistema de parceria, em que a classe monopolizadora das terras pode apropriarse de grande parte do produto do trabalho do lavrador sem terras, com menos riscos na produção e sem ter de dispender numerário que, em geral, não estava em condições de obter. A ausência de qualquer outra reforma — e até de cogitações sobre as mesmas, a não ser em al-

(39). — Celso Furtado, *História Econômica do Brasil*, 5a. ed., Fundo de Cultura Econômica, parte sobre economia cafeeira.

guns discursos de Nabuco (40) e no artigo X do Projeto de José Bonifácio (41), pe'o qual nenhum programa posterior se interessou — mostra bem como a classe dos proprietários de terras e de escravos tinham ainda bastante fôrça para conduzir a questão, e como o sistema vigente durante quase três séculos condicionou o mecanismo do processo de emancipação, isto é, noutro aspecto a própria sociedade brasileira do século XIX. Foi mais um dos males da escravidão.

*

* * *

INTERVENÇÕES.

Do Prof. *Raul de Andrade e Silva* (FFLCH/USP. São Paulo).

Diz o seguinte:

Estando já extinto o tráfico e necessitando de mão-de-obra servil, a cafeicultura e o Vale do Paraíba procurou-a nos mercados internos do Nordeste, segundo a opinião corrente. Mas, naquele momento, cresceu a população escrava em Pernambuco, não vindo, portanto, dessa província, nem da Bahia, os braços reclamados pelos 'avreadores do Sul, conforme sustenta a Autora da comunicação. De que áreas procediam, então, os escravos comprados?

*

Do Prof. *Arno Wehling* (IFCS/URFJ. Rio de Janeiro. Guanabara).

Apresenta a sugestão de destinar-se uma sessão de estudos para a discussão do problema da lei de proibição dos morgadios e suas conseqüências numa área em crescimento — a Província do Rio de Janeiro.

*

(40). — Joaquim Nabuco, *O Abolicionismo*, *ob. cit.*, pp. 142, 145, 187-188, 191, 193, 199-200, 231-233.

(41). — Rezava o Art. X do Projeto de José Bonifácio: "Todos os homens de côr forros, que não tiveram officio. ou modo certo de vida, receberão do Estado huma pequena sesmaria de terra para cultivarem, e receberão outro sim delle os socorros necessarios para se estabelecerem, cujo valor irão pagando com o andar do tempo" — veja-se "Representação à Assembleia...", in *Obras Científicas, Políticas e . . .*, *ob. cit.*, pp. 147-148.

Esses e outros artigos do Projeto de José Bonifácio, que teremos ocasião de analisar em outro trabalho, são suficientes para dar a dimensão do grande estadista junto à maioria dos políticos brasileiros da ocasião. Só se explica, mesmo, pelo fato de ter acabado de formar sua personalidade, e seus padrões gerais de vida, praticamente na Europa, pois partiu aos 20 anos para fazer seus estudos em Coimbra e só voltou aos 57 anos, ao Brasil. Em Portugal a escravidão, no território metropolitano, fôra extinta desde a época de Pombal e, além disso, perpassava em tôda a Europa, sobretudo nas universidades, as novas idéias de liberdade e um clima propício às atitudes liberais, reflexo das grandes transformações do período e de novas adaptações às mudanças econômicas, sociais e

Da Profa. *Ana Maria de Almeida Camargo* (FFLCH/USP. São Paulo)

Declara que, a título de informação, gostaria de saber mais alguma coisa a respeito da pesquisa iniciada pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (GB).

* * *

RESPOSTAS DA PROFESSORA CÉLIA FREIRE D'AQUINO FONSECA.

Ao Prof. *Raul de Andrada e Silva*.

Afirma que como observou no relacionamento entre o número de escravos e a exportação de açúcar, as informações sobre 1867 mostram o crescimento do número de escravos na Bahia e em Pernambuco. Apenas no Recenseamento de 1872 consta a queda do número de escravos, que volta a ser o mesmo da época da Independência — época em que caem as exportações de açúcar e de algodão a 50% aproximadamente, e depois (1890) ainda mais. A época de crescimento da mão-de-obra das províncias cafeeiras coincide, por outro lado, com a perda de quase 2/3, metade ou pouco menos, de outras províncias, como Maranhão, Goiás, Alagoas, Ceará, etc. — como consta da comunicação apresentada.

*

Ao Prof. *Arno Wehling*.

Disse que a lei de proibição dos morgadios, em sua opinião, faz parte da conjuntura que abordou, e seria possível, justamente, porque fazia parte dos interesses criados com as novas condições. Está ligada, portanto, como os outros aspectos abordados, à evolução das estruturas e à desagregação de certos setores do sistema.

políticas que já vinham de longe e se aceleraram naquela fase. Frequentou José Bonifácio também uma universidade já reformada por Pombal e, mais ainda, seu ingresso na Academia das Ciências de Lisboa, os estudos a que se dedicou, a excursão científica pelos outros países da Europa comissionado pelo Governo Português, os cursos seguidos em Paris e a convivência com pensadores e políticos de valor, teriam dado ao brasileiro que daqui partira tão jovem, uma outra visão, diferente de um fazendeiro ou senhor de escravos que, toda sua vida vivera nesse clima de extremos. Mas foi ainda estudante, em Coimbra, que José Bonifácio cuidou das duas questões que seriam objeto do Projeto elaborado em 1823, sobre a questão indígena no Brasil e sobre a emancipação dos escravos. Ambas no sentido não só de libertação da condição escrava, como também na de integração desses componentes da população brasileira, na sociedade nacional.

Com outros fatores, parece-lhe também de interêsse o estudo da questão como sugere o interpelante.

*

À Profa. *Ana Maria de Almeida Camargo*.

Em resposta à questão específica formulada sôbre população (oralmente), informa que a pesquisa é mais ampla, é sôbre a escravidão. Enquanto a pesquisa que programou procura estudar as estruturas gerais da sociedade na fase de desagregação do sistema, a sua co'ega, Profa. Lucinda de Mello Coelho projetou e orientou a pesquisa sôbre a escravidão no século XVIII, em especial com com o relacionamento ao comércio negreiro no pôrto do Rio de Janeiro. A parte que projetou e orientou diz respeito, sobretudo, como aparece na comunicação, à fase de desagregação do sistema e, nesse sentido, situa-se o estudo de populações, uma vez que faz parte da estrutura geral, onde outros setores são igualmente pesquisados.